

FORMAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES (BAHIA – 1822)

Marcelo Renato Siquara Silva¹

Resumo: O processo histórico que resultou na construção de novas identidades na Bahia é resultado de uma longa trajetória. A distinção entre ‘Ser Brasileiro’ e ‘Ser Português’ demandou uma remodelação social e cultural. Essa remodelação, apesar de possuir aspectos e relações vinculados à contemporaneidade, se situa e se congrega em tempos e espaços distintos e distantes. O objetivo deste artigo é delinear historicamente um conjunto de reflexões que permitam perceber os elementos tributários inerentes a essa construção. O século XIX é o marco cronológico que permeia a respectiva análise, concentrando os argumentos necessariamente ao longo do ano de 1822.

Palavras-chave: Construção de Identidades (1822); ‘Ser Brasileiro’ e ‘Ser Português’ na província da Bahia; As lutas em favor da emancipação política na cidade do Salvador.

Dizer simplesmente que o 2 de Julho de 1823 corresponde ao momento áureo da consolidação da emancipação política brasileira não é muito elucidativo. Tal afirmação, no conjunto de sua dimensão, esconde todo um processo histórico. Por trás dessa declaração existe uma série de nuances obscurecidas e indevidamente relegadas à condição de segundo plano. Poderíamos citar vários exemplos, mas, para efeito deste artigo, iremos concentrar o nosso olhar na abordagem que favorece a percepção acerca da construção da identidade do Brasileiro, em oposição à identidade do Português.

Em meados de 1821, a tênue aliança existente entre os dois segmentos da nação portuguesa na Bahia começou a se desgastar. Os embates político-sociais ocorridos em Salvador abriram espaço para a formação de novas identidades.² No entanto, essa conjuntura conflituosa – envolvendo os portugueses da Europa e da América – remete a uma discussão mais ampla. Não é possível perceber essa trajetória de construção de identidades como algo pronto e acabado, fruto de um simples arranjo político. Não se trata de um acontecimento de caráter pontual. Muito pelo contrário. Esse processo

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: marcelosiquara@yahoo.com.br.

² Para maiores detalhes acerca dos embates político-sociais ocorridos em Salvador (1821), vide SIQUARA, Marcelo. *Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2012, p. 13-50.

histórico, considerando o contexto de lutas em favor da independência brasileira, pode – e deve – ser percebido muito apropriadamente como resultado de um movimento de caráter não estático. Desta feita, classificamo-lo como um encadeamento social e cultural de caráter provisório, fluido e contraditório.

Os documentos consultados para o ano de 1821 sinalizam a frequente presença de termos como *Portugueses do Brasil*, *Portugueses da América* ou simplesmente *Brasileiros*. Tais designações representam recursos de escrita, os quais, com efeito, visavam estabelecer um contraste quanto à existência de termos distintos, a exemplo de *Portugueses da Europa*, *Naturais de Portugal* ou simplesmente *Portugueses*. É interessante destacar que o recurso a essas qualificações não tinha por meta especificar nacionalidades diferenciadas. Para o período em questão, a utilização de tais termos tinha como escopo apontar especificamente os locais de nascimento do sujeito histórico. Em linhas gerais, pelo menos até meados de 1822, o pertencimento à nação portuguesa não foi questionado por nenhum dos segmentos que integravam o Império português. Assim sendo, nesse contexto, ser brasileiro significava ser português.

Alguns fatores contribuíram para formatar uma aliança de interesses entre as habitantes do Reino de Portugal e do Reino do Brasil. O desejo de preservação da unidade do Império, a busca do fortalecimento do Estado português e a valorização do viés monárquico-constitucional podem ser apontados como exemplos nesse sentido. A viragem nesse contexto teve o seu início com os enfrentamentos ocorridos nas ruas de Salvador (ainda em 1821), tendo ganhado projeção a partir do momento em que o imaginário de mudanças creditado e associado às Cortes de Lisboa começou a se desvanecer.³ A partir de então, o significado atribuído ao termo português foi assumindo uma nova roupagem, acumulando em torno de si um conjunto de novos valores.

O ser brasileiro passou a designar todos aqueles que defendiam a monarquia representativa e constitucional. A oposição às medidas recolonizadoras propostas pelas Cortes de Lisboa tornou-se um elemento definidor. O ser português, por sua vez, circunscreveu-se diretamente a todos aqueles que assumiram uma postura absolutista e

³ Anotações dos dias 3, 13 e 24 de novembro de 1821. In GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Editora Nacional, 1956, p. [respectivamente] 164-165; 167-168; 171-172.

antipática aos interesses de autonomia política defendida pelos brasileiros. Em ambos os casos, podemos apontar essas especificações como sendo construções eminentemente políticas. Em outros termos, podemos afirmar que o pertencimento a um dos dois grupos sociais e culturais – o brasileiro ou o português – não dependia necessariamente do local de nascimento do sujeito histórico. Fosse no Brasil ou em Portugal, o sujeito histórico assumia tal designação a partir do seu posicionamento político, independentemente do Reino onde tivesse nascido.

Não faltam exemplos que ilustram essa realidade. O comandante naval João das Botas e o corneteiro Luiz Lopes eram naturais de Portugal. No entanto, mesmo tendo nascido no Reino Europeu, ambos foram reputados enquanto brasileiros. O fato de terem abraçado a causa brasileira nos confrontos ocorridos na província da Bahia contribuiu para que recebessem essa qualificação. O congressista baiano Luis Paulino d'Oliveira Pinto da França, representante da província nas Cortes de Lisboa, fora reputado enquanto integrante do partido português. O fato de ter nascido na vila de Cachoeira – e, por isso, ser natural do Brasil – não impediu que fosse considerado como um dos integrantes do partido luso-europeu. A sua posição favorável aos interesses de Portugal lhe rendeu esse adjetivo. Inclusive, após o término das lutas em favor da independência, Luis Paulino foi impedido de retornar à província da Bahia. Assim sendo, a definição estrita dos grupos e, por extensão, dos seus integrantes, se mostrou enquanto resultado do posicionamento político apresentado pelo sujeito histórico.⁴

Esse processo de formação de identidades resultou em uma série de inconvenientes. Em Salvador, a circulação de cartas anônimas e boatos tendenciosos, por exemplo, constituiu-se em mais um elemento convulsivo dessa dinâmica. Dentre os boatos que ocuparam espaço nas discussões ocorridas ao longo do primeiro semestre de 1822 destaca-se basicamente aquele que apontava para uma possível deposição da Junta de Governo. Não podemos afirmar com exatidão quem eram os mentores intelectuais de

⁴ JANCSÓ, Istvan e PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000)*, Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 129-135.

tais notícias. Mas, com efeito, suspeitamos que integrantes do partido brasileiro atuavam nesse sentido.

As instâncias de poder presentes em Salvador eram desestabilizadas pelas ações produzidas em torno desse processo. O brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo, responsável pelo governo militar da província, qualificou os autores dos boatos como sendo inimigos da pátria. Para ele, os opositores da administração portuguesa pretendiam “derramar entre nós a discórdia” e difundir um conjunto de “ideias aterradoras”.⁵ A Junta de Governo, responsável pelo governo civil da província, por sua vez, considerou que a divulgação de “anúncios infaustos e ameaçadores” – inclusive, com uma possível marcação de data “para consumação de atentados” – se destinava a “espalhar a desconfiança e assombrar os espíritos fracos”.⁶ Fosse como fosse, ações dessa natureza conseguiram demonstrar às autoridades públicas de Salvador que o clima de tensão e de insatisfação ocupava um importante espaço na capital. Estava claro aos contemporâneos do período que a sociedade baiana estava dividida.

O aprofundamento no processo de formação de identidades contribuiu para a conjugação de interesses entre as províncias do Rio de Janeiro e da Bahia. Aliado a isso, podemos dizer que a manutenção das redes de sociabilidade política e comercial facilitou esse encontro. Não era interessante aos proprietários de terras e escravos alterações na ordem institucional. Para estes, era imprescindível a manutenção da escravidão e do tráfico de escravos. O reconhecimento da autoridade do príncipe D. Pedro fora percebida como uma possível solução para o fim dos conflitos.

Um importante elemento de coesão entre os brasileiros que habitavam a província da Bahia situa-se na oposição oferecida às proposta anunciadas pelas Cortes de Lisboa. O periódico *Diário Constitucional*, por exemplo, transcreveu em suas páginas uma carta da província de São Paulo endereçada ao Príncipe Regente. Nessa

⁵ Proclamação do Comandante das Armas aos Habitantes da Bahia. Bahia: 31 de março de 1822. In SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. v. 3. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931, p. 338-343.

⁶ Proclamação da Junta de Governo aos Habitantes da Bahia. Bahia: 1 de abril de 1822. In *Diário Constitucional*. n. 37. Bahia: 3 de abril de 1822. CEDIG (Centro de Digitalização de Documentos), FFCH/UFBA, Rolo 0016.

missiva foram expostas as razões que contrariavam os anseios dos habitantes do Brasil.

Vejamos então alguns trechos do seu conteúdo:

[...]

Como ousam [as Cortes de Lisboa] desmembrá-lo [o Reino do Brasil] em porções desatadas e isoladas, sem lhes deixarem um centro comum de força e de união? Como ousam roubar a Vossa Alteza Real o Lugar-Tenência que seu augusto pai, nosso Rei, lhe concedera? Como querem despojar o Brasil do Desembargo do Paço e Mesa de Consciência e Ordens, Conselho da Fazenda e Junta do Comércio, Casa de Suplicação e de tantos outros estabelecimentos novos que já prometiam futura felicidade?

Para onde recorrerão os povos desgraçados a bem de seus interesses econômicos e judiciais? Irão agora, depois de acostumados por 12 anos a recursos prontos, sofrer outra vez, como vis colonos, as delongas e trapaças dos tribunais de Lisboa através de duas mil léguas de Oceano, onde os suspiros dos vexados perderão todo o alento e esperança? Quem o crerá depois de tantas palavras meigas, mas dolorosas, de recíproca igualdade e de felicidades futuras?

[...]

Este inaudito despotismo e este horroroso prejuízo político de certo não o merecia o bom e generoso Brasil. Mas enganam-se os inimigos da ordem nas Cortes de Lisboa [...] que podem ainda iludir com vãs palavras e ocós fantasmas [...].

[...] É impossível que os habitantes do Brasil [...] possam jamais consentir em tais despotismos e absurdos.⁷

Insatisfeitos com as ações promovidas pelos militares e civis portugueses, os brasileiros na Bahia estabeleceram uma aliança de interesses com as propostas apresentadas pelas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nesse sentido, a *Carta-Consulta* que fôra encaminhada pelos representantes da Bahia – os quais se encontravam no Congresso português em Lisboa –, endereçada às instâncias de representatividade civil da província (no caso específico, a Junta Provisória de Governo e as Câmaras Municipais), favoreceu as articulações necessárias ao reconhecimento da autoridade do príncipe D. Pedro, bem como potencializou o distanciamento entre as identidades sociais e culturais existentes e conflitantes.

A *Carta-Consulta* fora registrada na Mesa da Câmara de Salvador em 8 de maio de 1822. O seu conteúdo requisitava um posicionamento acerca dos seguintes itens:

1º Se convém à província da Bahia que haja no Brasil uma delegação do Poder Executivo, para facilitar o recurso necessário aos povos desse Reino;

2º Se lhe convém que haja duas delegações em diferentes pontos do Brasil para o mesmo fim;

3º Se lhe convém que o Poder Executivo resida só em El-Rei, delegando este a cada uma Junta Governativa de cada província a parte do mesmo poder que necessário for

⁷ Carta escrita pelo Governo da Província de São Paulo a Sua Alteza Real. São Paulo: 24 de dezembro de 1821. In *Diário Constitucional*. n. 4. Bahia: 12 de fevereiro de 1822. CEDIG (Centro de Digitalização de Documentos), FFCH/UFBA, Rolo 0016.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

para a pronta execução das leis e recursos dos povos, como acontecia antigamente com os Capitães-Generais;

4º Finalmente, não convindo os três precedentes arbítrios, qual seja aquele que julga a província mais conveniente ou útil ao seu bom regime e administração.⁸

Após a divulgação do conteúdo da *Carta-Consulta*, a cidade do Salvador passou a vivenciar um ambiente convulsivo. Distintos posicionamentos pontuaram a dinâmica da capital. Os redatores do periódico *O Constitucional*, por exemplo, se esforçaram em apoiar a existência de um centro de poder executivo no Brasil, representado na pessoa do príncipe D. Pedro. Para *O Constitucional*, sem esse centro administrativo “jamais o Brasil será feliz, nem mesmo poder-se-á radicar o sistema liberal [então] proclamado [pelo movimento constitucional português]”.⁹ Wanderley Pinho considerou que, mesmo persistindo pressões e violências no âmbito da província, a divulgação e o debate acerca do conteúdo anteriormente mencionado fora capaz de promover uma excelente “campanha de opinião e esclarecimento popular”.¹⁰

Os defensores da centralização administrativa a partir do Congresso português possuíam uma opinião divergente. Os redatores do periódico *Semanário Cívico*, por exemplo, qualificaram essa campanha de esclarecimento popular como uma espécie de ação sorrateira, a qual objetivava fomentar a guerra civil entre brasileiros e portugueses.¹¹ Certamente essa campanha de opinião pública não agradou aos lusitanos. Estes, desde fevereiro de 1822, já haviam assumido o controle militar da cidade do Salvador. Por isso, em hipótese alguma, desejavam associar os seus interesses aos valores construídos e articulados em torno da figura do Príncipe Regente.

Em 12 de junho de 1822, o Senado da Câmara de Salvador se propôs a analisar a *Consulta* encaminhada pelos deputados da bancada baiana. Porém, suas aspirações foram frustradas. Tropas portuguesas foram estacionadas nas ruas da Misericórdia, Da

⁸ Carta dos Deputados desta Província. In *O Constitucional*. n. 14. Bahia: 11 de maio de 1822. CEDIG (Centro de Digitalização de Documentos), FFCH/UFBA, Rolo 0016.

⁹ *O Constitucional*. n. 13. Bahia: 8 de maio de 1822. CEDIG (Centro de Digitalização de Documentos), FFCH/UFBA, Rolo 0016.

¹⁰ PINHO, Wanderley. *A Bahia: 1808-1856*. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Dispersão e Unidade*. t. II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, p. 253-254.

¹¹ *Semanário Cívico*. n. 66. Bahia: 5 de junho de 1822. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 115-116.

Ajuda, Direita do Palácio, Praça Municipal e Ladeira da Praça. Enfim, as ruas que davam acesso ou circundavam o prédio da Câmara Municipal foram cercadas e ocupadas militarmente. O objetivo proposto era impedir a análise da *Carta-Consulta* e, por conseguinte, a realização da sessão que, possivelmente, procederia o reconhecimento do príncipe D. Pedro como legítimo representante do poder executivo no Brasil.

Esse foi mais um episódio que marcou os embates em favor da independência política brasileira. No âmbito da conjuntura mais ampla desse processo histórico, conseguimos perceber, ainda que de forma *en passant*, o quanto nuances distintas compuseram a trajetória social e cultural de uma sociedade. A formação da identidade brasileira, com a respectiva construção de um conjunto de valores necessariamente nacionais, distinguindo o ‘Ser Brasileiro’ do ‘Ser Português’, demandou reflexões, percepções e uma multiplicidade de ações. Enfim, diante do exposto, tornou-se perceptível o quanto as fissuras existentes contribuíram de forma decisiva para a construção do novo.

FONTES

Fontes Impressas

Anotações dos dias 3, 13 e 24 de novembro de 1821. In GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

Carta dos Deputados desta Província. In *O Constitucional*. n. 14. Bahia: 11 de maio de 1822. CEDIG (Centro de Digitalização de Documentos), FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Carta escrita pelo Governo da Província de São Paulo a Sua Alteza Real. São Paulo: 24 de dezembro de 1821. In *Diário Constitucional*. n. 4. Bahia: 12 de fevereiro de 1822. CEDIG (Centro de Digitalização de Documentos), FFCH/UFBA, Rolo 0016.

O Constitucional. n. 13. Bahia: 8 de maio de 1822. CEDIG (Centro de Digitalização de Documentos), FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Proclamação da Junta de Governo aos Habitantes da Bahia. Bahia: 1 de abril de 1822. In *Diário Constitucional*. n. 37. Bahia: 3 de abril de 1822. CEDIG (Centro de Digitalização de Documentos), FFCH/UFBA, Rolo 0016.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Proclamação do Comandante das Armas aos Habitantes da Bahia. Bahia: 31 de março de 1822. In SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. v. 3. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931.

Semanário Cívico. n. 66. Bahia: 5 de junho de 1822. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008.

BIBLIOGRAFIA

JANCSÓ, Istvan e PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000)*, Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

PINHO, Wanderley. *A Bahia: 1808-1856*. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Dispersão e Unidade*. t. II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

SIQUARA, Marcelo. *Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2012.